



## No exercício profissional, psicólogos lutam por espaço e definição

página 7

## Práticas alternativas na Psicoterapia pedem estudos

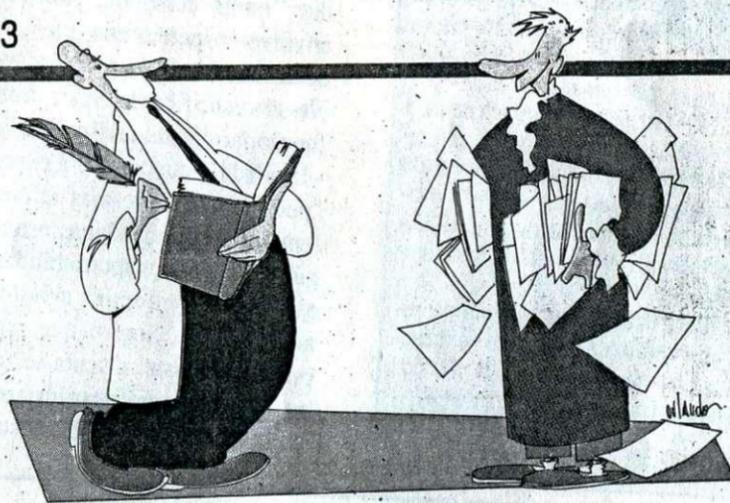
página 12

### COMUNICADO

O Conselho Regional de Psicologia-6ª Região comunica aos psicólogos que entrará em férias coletivas no período de 23 de dezembro a 03 de janeiro

## Processo Constituinte: momento de atuação

página 3



## Encontro Nacional discute fim dos manicômios

página 4

# Crise x Paz dos Cemitérios

Antes de ser inevitável, é imperativo que o CRP-06 se pronuncie a respeito dos acontecimentos que vimos assistindo no cenário político brasileiro, bem como esboce dentro de seus limites de ação, é claro, uma linha de conduta em relação aos problemas da vida nacional.

De início, é preciso reafirmar que a crise brasileira, em muitas das suas facetas, é um desdobramento tardio da impunidade e do arbítrio impostos pela ditadura militar e não uma consequência da tímida democracia recém-instalada no País. Esse vínculo entre democracia e corrupção é estabelecido pelos mesmos parasitas da nossa história recente que engendraram os mecanismos de composição que ora estão sendo desvendados. Tais artífices, animados pela leitura canhestra da chamada memória nacional (ou a falta dela), insistem em nos convencer de que "éramos felizes e não sabíamos".

O desfecho da crise esperado por esses pescadores de águas turvas é o do golpe militar. Ou seja, em lugar da crise e de sua resolução pela democracia, existem setores que preferem instalar

no País a paz dos cemitérios.

Além disso, é imprescindível admitir que a crise brasileira não deve ser restringida à chamada "classe política" ou aos "políticos brasileiros". Essa é uma atribuição parcial que dificulta o entendimento geral da crise de civilização vivida pelos homens, obscurecendo os nexos existentes entre a crise nacional e a crise mundial.

Não é bom método ignorar os teores moral, institucional ou simplesmente de preservação da vida física - além daqueles sociais, políticos e econômicos - dos problemas que enfrentamos. Em meio a essas profundas dificuldades há de se evitar dubitações. Se, como cidadãos, é importante que todos nós mantenhamos a defesa da ordem democrática, como profissionais devemos aproveitar o momento singular da realização do Congresso Regional da Psicologia para, individual e coletivamente, produzirmos modificações substantivas em relação à Formação e ao Exercício Profissional da Psicologia, atualizando-os para as novas exigências político-sociais.

CARTAS

## Alerta geral

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região está atento e manifesta sua preocupação quanto ao possível fechamento do COA - Centro de Orientação e Acompanhamento DST/AIDS.

Embora o secretário municipal da Saúde, Dr. Silvano Raia, tenha declarado recentemente que o COA não será fechado nem mudará de local, permanecendo na Galeria Prestes Maia, há informações não oficiais de que o processo de fechamento pode, em breve, consumar-se.

Este Conselho entrou em contato com o secretário adjunto da Secretaria Municipal da Saúde, Dr. Fernando Proença de Gouveia, e teve novamente a confirmação de que o COA não fechará. Pelo contrário, será ampliado.

Se o fato ocorrer, no entanto, representará um significativo retrocesso na prestação de serviços públicos em relação aos portadores do HIV.

## Agradecimento e sugestão

Venho agradecer a publicação de minha correspondência de 11 de agosto de 1993, observando que isto me incentivará a continuar contribuindo para a estimulação à reflexão de nossa profissão sobre aspectos estruturais e contextuais de seu fazer.

A respeito do artigo Infância e Adolescência: Direitos Assegurados, Práticas Contrárias" (publicado no nº 83 do jornal do CRP), gostaria de chamar a atenção para o segmento que diz: "muito cuidado... para não se envolverem pelo ar que se respira em determinadas Varas de Infância". Nesse trecho fica claro para mim (em função da minha experiência na Febem - Unidade Tatuapé) que a expressão "pelo ar que se respira" refere-se à "estrutura" cristalizada nas instituições públicas, com responsabilidade de abrigar e educar crianças e adolescentes. Sugiro que, em um próximo debate, discuta-se (com a contribuição de profissionais que atuam em instituições) o aspecto estrutura,

pois acredito ser este aspecto em grande parte responsável pela contradição explicitada no título do citado artigo.

Sobre a "poesia" publicada, gostaria de solicitar à V.Sas. que na próxima edição do Jornal do CRP observassem aos leitores sobre dois erros de impressão: a) onde se lê "De um lado há críticas" leia-se "De um lado há cristais" b) onde se lê "...à Psicologia misturada" leia-se "...à Psicologia misturadas".

Uriel de Carvalho  
CRP-06/42488-6

## Reconhecimento de Paula

Estou enviando para arquivo do Conselho recorte com artigo escrito por Paula, jogadora de basquete da seleção brasileira, no qual ela enaltece o valor do psicólogo na área esportiva.

Creio que é um depoimento valioso e que pode contribuir para abrir mais espaço para a nossa classe.

Onofre A. Menezes  
CRP-06/00549

## Correção

Em matéria publicada na edição do Jornal do CRP, nº 83, de setembro de 1993, foi erroneamente informado que na vistoria realizada no Centro de Assistência Psicossocial Adalberto Botelho de Cuiabá, no Mato Grosso, constatou-se condições inadequadas de tratamento dos pacientes, com excesso de leitos (500), carência de pessoal, além da ausência de um programa terapêutico.

Na verdade, essas condições dizem respeito ao Instituto de Neuropsiquiatria daquela cidade, também visitado pela Comissão Permanente de Vistoria (dados atualizados em nota nesta edição).

O Centro Adalberto Botelho, ao contrário, apresenta ótimas condições de funcionamento, sendo considerado pela coordenadora da Comissão Gestora da subseção, psicóloga Alcione Silveira de Freitas, representante do CRP-06, como instituição padrão de referência em atendimento.

## EXPEDIENTE CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO

Conselheiros: Adalberto Boletta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho (efetivos). Cassia Regina Rodrigues, Cláudia Maria Sodré Vieira, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Leile Fernando Silvério, Maria Elisa Pacheco, Milton Luis Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, Othon Vieira Neto, Sérgio Ozella (suplentes). Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapias, Saúde, Subsedes, Trabalho. O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Equipe Editorial: Leyla A. V. Falsetti e Odair Sass.

Edição e Produção de Textos: Editora Travessia Ltda. (F.: 275-8710). Jornalista Responsável: Luís Casadei Manechini MTB. 11.127. Redação: Israel do Vale, Anelisa Maradei e Sueli Gimenez. Diagramação: Marcelo Rocha. Editoração: Marcelo Rocha Publicidade. Fotolito e Impressão: Artes Gráficas Guarú Ltda. Tiragem: 36 mil exemplares. Periodicidade: bimestral.

As colaborações enviadas ao Jornal CRP-06 poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com os critérios editoriais adotados.

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - CEP 04038-004 - Fone: (011) 549-9799 - Fax: (011) 575-0857.

# Constituinte e a reestruturação profissional

**A** Lei, 4.119, de 27 de agosto de 1962, regulamentou a profissão de psicólogo às vésperas de um período ditatorial. Passaram-se 31 anos, a ditadura ficou para trás, mas os profissionais ainda carregam o peso de uma legislação que já não condiz com a realidade, e, portanto, não atende plenamente as necessidades da categoria.

Ainda que críticas aos métodos de formação e atuação tenham surgido nesse período, de concreto, pouco temos a contabilizar. Em 1989, o primeiro Congresso Nacional dos Psicólogos, organizado por Sindicatos e Conselhos da categoria, decidiu iniciar um processo de discussão da natureza das entidades representativas, inclusive sobre o teor corporativista que as caracterizavam. Em 1991, essa discussão foi esquecida na reunião ocorrida em Belo Horizonte, desta vez com a participação apenas de membros dos Conselhos. O debate sucumbiu diante da corrente corporativista, bem representada no encontro, principalmente por não estar alicerçado nos principais conhecedores dos problemas da categoria: os próprios psicólogos.

Uma nova tentativa está sendo lançada. Desta vez, pretende-se, é pra valer. Das iniciativas anteriores herdou-se apenas o nome: "Constituinte". Talvez essa não seja a denominação mais adequada já que o projeto não tem, num primeiro momento, força constitutiva e sim mais diretiva. Entretanto, seja constituinte, estatuto, regimento, a tônica que se está assumindo é a de que o processo é, na verdade, um compromisso da categoria consigo mesma, um verdadeiro desafio: o da conquista de melhores condições para o exercício profissional.

## Psicologia e Sociedade

A reavaliação do papel do psicólogo é urgente, na medida em que ele é figura importante que pode contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade, dentro de sua área de atuação. Para isso é preciso abandonar a idéia

restrita que vincula o profissional à prática clínica, pois o campo de atuação se expandiu: educação, projetos de treinamento e seleção em empresas públicas e privadas, sistema penitenciário, saúde pública, etc.

Na concepção do conselheiro José Roberto Tozoni Reis, representante do CRP-06 na Comissão Nacional Constituinte, a imagem do psicólogo ainda está vinculada ao início da profissão, na década de 60. As próprias faculdades incorrem no erro de formar alunos voltados apenas para a área clínica. É preciso que as escolas desenvolvam atividades multidisciplinares condizentes com as necessidades concretas da sociedade, visando superar a desarticulação existente entre a formação e a realidade social.

O País precisa de um número maior de psicólogos do que os que estão trabalhando. "Temos um mercado restrito, mais restrito que o próprio campo", avalia Tozoni. Porém, a profissão depende muito de políticas sociais... Saúde e Educação, por exemplo... o que representa um entrave à ocupação desse campo. "Hoje, teríamos condições de ampliar o mercado se tivéssemos políticas sociais mais sérias", complementa o conselheiro.

Mas, ainda que se ampliasse o mercado, dificilmente todos os profissionais disponíveis seriam absorvidos, isso porque um alto número de formandos são, indiscriminadamente, lançados no mercado todo ano. Só na região do CRP-06 (São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), que engloba 34% das instituições do País, cerca de 2.000 profissionais concluem o

curso de Psicologia a cada ano. Para agravar esse quadro, esses universitários chegam à prática mal preparados, pois a grande maioria das instituições vê o ensino apenas como uma atividade lucrativa, não investindo ou mesmo exigindo de seus professores titulação adequada para o bom desempenho da função. Uma verdadeira roda-viva: maus professores que formam profissionais desqualificados, que, por sua vez, serão os orientadores de futuras gerações.

## Momento de Atuação

O papel do CRP-06 no Processo Constituinte é ímpar, uma vez que ele agrega 33.404 profissionais, cerca de 40% dos psicólogos de todo o País. A categoria convive, hoje, com condições de trabalho desfavoráveis, ainda que isso não seja um "privilegio" só dessa classe de trabalhadores, no Brasil atual. Além disso, o mundo mudou, o campo de trabalho se ampliou, os anseios dos psicólogos se reformularam, mas o regimento e os programas de formação continuam os mesmos.

Nesse contexto, o Conselho faz um chamamento para que a categoria procure se qualificar e se organizar. O papel do CRP-06 é o de detectar profissionais com problemas afins e organizar grupos de debate, dos quais emanem propostas que visem a solução dos problemas abordados. Não há uma visão paternalista por parte da atual gestão, mas uma eficaz visão conscientizadora da qual se tira muito mais proveito.

"Nós queremos oferecer espaço, fortalecer a organização para que os psicólogos batalhem pelo que

querem", salienta Tozoni.

Nesse sentido espera-se chegar a um Congresso Nacional com representatividade e densidade política, com psicólogos preparados e atuantes no Processo. Para tanto, inicialmente serão realizados encontros setoriais: Saúde, Educação etc, dos quais deverão participar todos os profissionais da jurisdição do CRP-06 (sede ou subsedes). Nesse primeiro momento não haverá limite de quórum, potencializando-se ao máximo a participação da categoria.

Das reuniões setoriais sairão 20% dos participantes que representarão os colegas em encontros intersetoriais, nos quais serão discutidas e sistematizadas as diversas propostas das reuniões iniciais. Também nos encontros intersetoriais serão eleitos delegados que participarão do Congresso Regional e, deste último, passa-se ao Congresso Nacional, que terá a função de deliberar sobre as teses e proposições surgidas e elaborar documentos finais, encaminhando-os à Câmara Federal e ao Senado.

O CRP-06 está apostando na Constituinte como um instrumento direcionador de propostas consistentes, emanadas da categoria e, por isso, coloca seu espaço físico à disposição, para que o projeto culmine na reestruturação profissional, em benefício das reais necessidades da população, de acordo com a filosofia que norteia a atual gestão "Psicologia e Cidadania". Fique atento, acompanhe pelo jornal do Conselho os passos da Constituinte. Seja sujeito no processo, trazendo propostas para as reuniões setoriais. Não desperdice essa oportunidade.



## Encontro antimanicomial

**A** Primeira Feira de Experiências e Produções Antimanicomiais e o Primeiro Encontro Nacional da Luta Antimanicomial reuniram profissionais de Saúde Mental, usuários e familiares, para discutir o fim dos manicômios e trocar experiências sobre a transformação manicomial do ponto de vista sócio-político-cultural.

O evento ocorreu em Salvador, de 23 a 26 de setembro, com o objetivo de avançar nessa luta e atrair participantes de todo o Brasil.

Estiveram presentes aproximadamente 400 pessoas, entre técnicos, familiares, usuários, artistas, representando 18 Estados. Participaram também os deputados estaduais Roberto Gouveia (SP), Humberto Costa (PE), Antonio Carlos (MG), Wasney (DF), assessorias de parlamentares do Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os profissionais relataram as experiências dos núcleos de suas cidades e como ocorre a transformação dos manicômios em cada local.

A participação dos usuários foi fundamental, ao colocarem questões que levaram todos a reflexões profundas, inclusive com o questionamento do próprio termo "usuário".

Na esfera cultural, a transformação manicomial conquista seu espaço lentamente. É preciso ter uma sociedade diferente da atual, que adota o hospital psiquiátrico e a exclusão das pessoas "diferentes", substituindo-os por um novo modelo que inclua todos os indivíduos, porque manicômio é qualquer instituição que trata cidadãos com preconceito.

Outro aspecto discutido no evento foi o adoecer: o quanto as condições de sofrimento e doença mental estão ligadas às dificuldades de vida da população.

A política de Saúde Mental é regida por uma legislação de 1934, de quase 60 anos, que admite a internação compulsória da maioria dos pacientes psiquiátricos. Por causa disso, o Movimento da Luta Antimanicomial tem subsidiado o Projeto de Lei do Deputado Federal Paulo Delgado e todos projetos estaduais, que prevêm a extinção progressiva dos

manicômios e regulamenta internações.

No Encontro foi discutido como anda o Projeto em cada Estado e as dificuldades para sua aprovação.

"O projeto do Deputado é para todo o País, mas cada Estado tomou a iniciativa de elaborar projetos de Lei concomitantes à aprovação do projeto federal" ... esclarece o psicólogo Floriano Nuno.

Nos Estados do Rio Grande do Sul e Ceará, a Lei já foi aprovada. Em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal os projetos de Lei estão em tramitação nas respectivas Assembleias Legislativas.

Os profissionais engajados na luta discutem e apoiam os Deputados na criação de projetos de Lei que venham proibir e extinguir a construção de hospitais psiquiátricos no País. Eles querem substituir a legislação de 1934 por uma que restitua ao paciente psiquiátrico os direitos de cidadania inerentes a qualquer pessoa.

Ainda que aos poucos, o movimento cresce e extrapola os limites dos equipamentos de Saúde Mental, ganhando espaço nas ruas. É preciso começar inserir a questão da Saúde Mental nos demais movimentos sociais, com maior participação popular, levando esse grito de alerta aos locais de trabalho e promovendo atividades culturais nas ruas para sua divulgação.

"Somente assim, aproximando a população das questões que levam ao sofrimento mental, haverá a construção de uma verdadeira cultura antimanicomial" ... diz Maria Costantini Maciel, Coordenadora da Subsedé do CRP da cidade de Ribeirão Preto-SP.

No Encontro de Salvador se deliberou que é preciso garantir em Lei essas metas, estabelecendo canais de comunicação com as Comissões de Direitos Humanos e com o Ministério Público, criando também uma Frente Parlamentar, supra-partidária, para o Movimento Antimanicomial.

"Aprendemos que acima das brigas por território e poder temos um objetivo comum que não podemos perder de vista. A realidade

de cada região é diferente e o processo ocorre conforme os passos que cada um pode dar. As diferenças são necessárias, cada núcleo se autoriza por sua prática e suas ações. Não existe instância superior que determine o caminho a percorrer. Há, sim, objetivos comuns que dizem respeito à atenção extra-muros e à conquista da cidadania", relata Maria Maciel.

O Encontro serviu também para que essa luta saísse fortalecida.

"Vivemos quatro dias de intensas trocas, que serviram para mostrar

como isso era necessário, tanto a nível nacional quanto latino-americano ... este último mais prejudicado ainda", finaliza a Coordenadora da Subsedé de Ribeirão Preto.

A agilização de uma rede de endereços e contatos entre os participantes foi defendida para aprofundar intercâmbios.

O próximo Encontro está marcado para 1995 no Estado de Minas Gerais. Até lá, ocorrerão plenárias de seis em seis meses, com o objetivo de organizar o movimento.

### 1º de dezembro: DIA MUNDIAL DA AIDS

Com pouco mais de uma década de descoberta, a infecção por HIV/AIDS é uma pandemia que hoje interfere diretamente em nossas vidas, seja do ponto de vista individual ou coletivo, pessoal ou profissional.

O Ministério da Saúde, em 1992, chamou a dia 1º de dezembro de DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS, apontando a prevenção como a arma mais efetiva de combate. Agora, 1º de dezembro de 93, continuamos em guerra.

"Um problema importante no trabalho de confronto da AIDS durante a década de 80 foi a ausência de uma estrutura global ampla e coerente para a compreensão da pandemia de HIV/AIDS. Na ausência de um quadro ou conjunto apropriado de conceitos sobre a pandemia, tanto o público quanto os profissionais fizeram o que lhes parecia correto. Imagens mais antigas, ressuscitadas de epidemias passadas, misturaram-se aos estereótipos predominantes sobre o sexo, raça e geografia, formando uma imagem inadequada do mundo. O resultado, praticamente inevitável, foi a confusão e o excesso de simplificação: imagens imprecisas e enganosas estimularam extremos de negação, complacência ou pânico. Nunca antes a importância da articulação de uma imagem nítida dos problemas de saúde e as desastrosas consequências de um pensamento simplista ou vago tinham sido demonstrados tão claramente" (1)

Na década de 90 temos urgência na realização de um trabalho sério e consequente. Não há mais grupos de risco, mas comportamento de risco e o

número de pessoas atingidas aumenta.

Temas como sexualidade, uso de drogas, medo, preconceito, vida e morte, estão fatalmente colocados e os dados epidemiológicos demonstram que a multiplicidade de parceiros e de práticas sexuais ou o uso de drogas estão presentes, não só em grupos isolados e marginalizados, mas no cotidiano de todos nós, ao menos em potencial.

A capacitação dos profissionais e a abordagem crítica do tema são necessárias neste momento e, na especificidade de nossa profissão, cabe-nos a incumbência de lidar com os aspectos psíquicos (psicossociais) envolvidos, tanto na prevenção quanto na assistência, tanto no que se refere aos técnicos quanto ao atendimento à população.

No Brasil, a falta de eficácia nas políticas governamentais, em aspectos básicos como saúde e educação, são alarmantes e inadmissíveis. Considero, porém, que o compromisso das esferas municipais, estaduais e federais na política de combate ao HIV/AIDS se traduz não só na implantação de serviços como na garantia de continuidade dos mesmos.

Cabe a sociedade civil acompanhar e exigir a manutenção desse compromisso, para que não se agravem ainda mais os riscos de vida e de qualidade de vida da população.

Celi Denise Cavallari  
Conselheira do CRP-06

Referência Bibliográfica

1 - MANN, J, et alli, "O Impacto da Pandemia" in A AIDS NO MUNDO, Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1993.

## CRP-06 assume propostas dos psicólogos de trânsito ao CONTRAM.

**E**m reunião no dia 25 de outubro, o CRP-06 formalizou como sua a autoria das sugestões da ANPSITRAN - Associação Nacional dos Psicólogos de Trânsito ao novo código, em discussão numa Câmara dos Deputados em Brasília.

Essa atitude dá novo alento e reforça a luta desses profissionais junto à Comissão Parlamentar Especial do Código de Trânsito, que estuda o assunto, no sentido de verem incorporadas as propostas da categoria.

A principal delas diz respeito à inclusão de um profissional de Psicologia como membro com direito a voto no CONTRAM e já conta com a simpatia do relator de projeto, Deputado Beto Mansur (PSDB-SP), e tem no Deputado Lézio Sahltler (PDT-ES) um forte defensor.

O CRP-06 defende que o CONTRAM - Conselho Nacional de Trânsito - seja formado por três membros de origem política (nível municipal, estadual ou federal) e seis de caráter técnico das áreas de Engenharia, Medicina, Psicologia, Educação, Fiscalização/Policimento e Judiciário.

Outra proposta refere-se à divisão equitativa do credenciamento de profissionais para os exames de habilitação. Os psicólogos de trânsito propõem, ainda, que nos recursos interpostos junto aos órgãos normativos estaduais os candidatos sejam submetidos obrigatoriamente à avaliação de uma junta médica e psicológica.

## Ciclo de Debates discute a saúde mental



**C**om o objetivo de repensar a questão da Saúde Mental e oferecer espaços aos psicólogos para refletir em suas experiências, o Conselho Regional de Psicologia promoveu um Ciclo de Debates sobre "A atuação do Psicólogo na rede de atenção em Saúde Mental."

A Comissão de Saúde do CRP-06 foi a responsável pela organização do ciclo, que aconteceu mensalmente entre junho e outubro, no SINPRO - Sindicato dos Professores, na Rua Borges Lagoa, Vila Mariana, em São Paulo. Participaram cerca de 900 profissionais, sendo a maioria psicólogos que trabalham nas redes municipal e estadual e em outras cidades.

Nos últimos dez anos, a atuação do psicólogo ganhou destaque, ampliando as oportunidades de trabalho no sistema de Saúde. No entanto, as universidades não discutem a questão da Saúde Mental nem prepararam os profissionais para trabalhar na rede pública, embora o próprio serviço público não ofereça uma política de investimento na área de Recursos Humanos.

"No Ciclo, foi defendido a atuação em equipe multidisciplinar, o que não é fácil porque na Faculdade ninguém é preparado para trabalhar desse modo. Todos os profissionais são preparados para fazer o seu trabalho isoladamente"

... na maioria das vezes a estrutura de ensino está direcionada para o atendimento privado de consultório ... explica Celi Denise Cavallari, coordenadora da Comissão de Saúde do CRP-06.

O Conselho Regional de Psicologia tem como perspectiva ampliar os espaços de discussão, onde os psicólogos possam se organizar e começar a ter condições em sua qualificação profissional de atender melhor à população.

Segundo José Roberto Tozoni, um dos coordenadores dos debates, o Ciclo não foi apenas um espaço de aglutinação e sim apresentou uma proposta coerente com a atual gestão, "Psicologia e Cidadania", no que se refere à área da Saúde.

"Nós discutimos a atuação dos Psicólogos nos diversos equipamentos, que constituem hoje os espaços referenciais de tratamento da Saúde Mental", avalia

Os profissionais discutiram modelos de uma assistência em Saúde Mental realmente diferenciada, ou seja, não carcerária e antimanicomial.

Foram abordados os diversos equipamentos públicos - CAPS, NAPS, Hospital-Dia - entre outros - para que os psicólogos pudessem conhecer seu funcionamento e ajudar a divulgar um trabalho que a própria categoria não conhece.

"Os pacientes acabam ficando em hospitais psiquiátricos porque

os profissionais não sabem para onde encaminhá-los explica Patrícia Badari, da Comissão de Saúde do CRP-06.

Durante os debates se comentou a importância da manutenção dos equipamentos. Os profissionais da rede municipal relataram seus trabalhos e apresentaram um certo pessimismo, porque investiram muito e hoje têm poucas perspectivas. "Antes havia uma ação mais integrada, uma proposta política que priorizava a atenção em Saúde Mental, uma diretriz de implantação de serviços diferenciados. Atualmente, há uma diluição de alguns trabalhos e os profissionais se mostram desanimados com essa situação", comenta Celi Denise Cavallari.

O CRP-06 tem uma proposta política de apoio à manutenção dos serviços de Saúde e todas as suas ações têm sido, de uma maneira geral no sentido de intervir na questão da violência e na qualidade desses serviços.

O Ciclo foi também uma forma de chamar a categoria para discutir seu próprio trabalho e a questão pública. O Conselho pode dar sua contribuição sobre a prática do exercício profissional.

"É o começo de debate sobre o Processo Constituinte, que já começa a mobilizar os psicólogos da rede da Saúde", conclui José Roberto Tozoni.

## A caminho de uma nova conquista

**P**or trabalhar com o comportamento humano, com relações intra e interpessoais, o psicólogo carrega consigo uma enorme responsabilidade. Cada indivíduo apresenta problemas peculiares, que para serem solucionados, orientados, requerem do profissional esforço mental, articulação de idéias, obrigando a uma atividade intelectual dinâmica e muito estafante.

Com a Psicologia, ganha-se pouco e trabalha-se muito. Não sobra tempo para cursos, dedicação aos estudos, reciclagem ou mesmo para refletir sobre o atendimento que é prestado.

A psicóloga Maria Aparecida Leite, da área de Saúde Pública e

sócia de um hospital-dia na Zona Norte de São Paulo, acredita que a jornada de 8 horas é massacrante.

"Perde-se a qualidade do atendimento, não se produz o que poderia. Além disso, o atendimento não é só o momento em que se está com o paciente. A profissão requer estudo e conhecimento das reais necessidades da população para se prestar um bom serviço".

Muitas áreas têm jornada de trabalho e remuneração mínima estabelecida por Lei: médicos, dentistas, engenheiros químicos, agrônomos, veterinários. Essa atenção dos legisladores para com os profissionais liberais é justa. Afinal, volume de horas trabalhadas não significa, necessariamente,

serviços de qualidade. Ao contrário, quanto maior a carga horária maior a tendência do indivíduo de produzir menos. Também o baixo salário faz com que decaia a qualidade de atendimento, pois o psicólogo se lança a uma peregrinação por diversos empregos, para garantir sua sobrevivência, abandonando a possibilidade de dedicação integral a determinada função.

Analisando esse quadro preocupante, o deputado federal Sigmaringa Seixas elaborou um Projeto de Lei (PL 01858, de 14 de novembro de 1991), que modifica a redação do artigo 22 da Lei 3.999, equiparando o piso salarial e a jornada de trabalho do psicólogo à do médico e cirurgião dentista. O

projeto está com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado desde 23 de abril de 1993 e, se aprovado, representará uma grande conquista.

Por ocasião da elaboração da Lei 3.999, de 15 de dezembro de 1961, a Psicologia ainda não havia sido regulamentada no Brasil, o que só ocorreu no ano seguinte. Desde então, a categoria esteve à margem da legislação, submetida a um regime de trabalho não correspondente ao desgaste da profissão. Espera-se, agora, reparar essa questão que beneficiará os psicólogos, sim, mas muito mais aqueles que se utilizam de seus serviços.

## Formação

**A** crise econômica está remodelando a formação no âmbito dos estágios das Clínicas Escolas. Essa é uma das principais conclusões do 1º Encontro de Clínicas Escolas, ocorrido de 14 a 16 de outubro na Universidade de São Paulo. "As Clínicas precisaram se adaptar à realidade e isso fez com que surgissem novas experiências", conta a Professora Dra. Ivonise Catafesta, coordenadora do evento.

O Encontro contou com a participação de representantes de diversos cursos de Psicologia de São Paulo e outros Estados. O CRP-06 esteve presente através de membros da Comissão de Formação. A Comissão tem sido favorável a eventos que se proponham a refletir sobre questões capazes de implementar um avanço na formação do aluno de modo a propiciar um exercício profissional que garanta consistência técnica e ética.

"Os alunos já percebem a importância da Clínica", diz a Professora Dra. Ivonise. "Esse é o impulso necessário para outras intervenções no modo de trabalho, mas não podemos esquecer que estamos lidando

com alunos de graduação e isso exige cautela", completa.

A Comissão considera de fundamental importância ampliar o conceito de formação/graduação no sentido de integrar as disciplinas teóricas e os estágios com a demanda da realidade social, possibilitando ao aluno um tipo de conhecimento teórico-prático condizente com o contexto no qual se lançará como profissional. "Na USP isso acontece através dos trabalhos de psicoterapia feitos pelos alunos do 4º ano", conta a Professora Dra. Ivonise.

As questões da Clínica Escola merecem ser discutidas no mesmo âmbito da Graduação, numa tentativa de aproximar o que na prática não é dissociado. As Clínicas Escolas cumprem uma função importante dentro da formação do Psicólogo, uma vez que são responsáveis pela introdução do aluno nas práticas profissionais através dos estágios supervisionados. "Além da informação, a Clínica oferece um modelo de trabalho", avalia a Professora Dra. Ivonise. "Ela permite a passagem do aluno da teoria para a prática", diz.

Para a Professora Dra. Ivonise Catafesta, a principal virtude do 1º Encontro de Clínicas Escolas foi permitir a ampliação de contato entre clínicas que trabalham de diferentes maneiras. "As dificuldades são parecidas, mas cada uma segue um caminho na hora de se adaptar à realidade", afirma. Segundo ela, os temas livres abordados no Encontro agradaram bastante. "Foram relatadas várias inovações na forma de se encarar o estágio", avalia.

As discussões sobre os rumos dos estágios tem grande importância na avaliação da Comissão de Formação do CRP-06, que considera necessário repensar e reformular os estágios de forma que possam estar mais sintonizados com as mudanças que vêm ocorrendo no campo da Psicologia.

A proximidade do Congresso Constituinte da Psicologia valoriza a ocasião e chama a categoria para um maior engajamento em discussões que possam, ao final, levar a uma efetiva contribuição para a Psicologia enquanto ciência e profissão.

# O psicólogo e o exercício profissional: O desafio do emprego público

No setor público, o desafio diário do psicólogo envolve habilidade para desenvolver um bom trabalho em equipe sem prejuízo da ética, mas esbarra em burocracia e baixos salários. Mesmo assim, este campo de trabalho se amplia.

Reportagem e texto: Israel do Vale

**M**uita saúde, pouca saúde, os males do Brasil são." Transposta para o dia-a-dia do psicólogo, a frase de Mário de Andrade perpetuada pela boca de Macunaíma se enche de significado. Ainda em processo de consolidação, a atuação do profissional fora dos consultórios resvala nas dificuldades de formação generalista, na falta de um território de ação claramente delimitado, na carência de infra-estrutura do setor público.

*Não fosse o bastante, o exercício profissional é medido pelo empenho individual de uns e duvidosos parâmetros éticos de outros.*

*Visto pelos órgãos públicos, o psicólogo é uma incógnita, uma variável que oscila entre a utilidade e a perfumaria. Na ótica do Judiciário, por exemplo, cumpre em muitos casos a função de referendar com laudos o que o juiz sentencia.*

*No corpo clínico de um hospital, está sujeito ao modelo administrativo e à integração com os demais profissionais da equipe. Em todos os casos, uma situação clara: o psicólogo precisa se afirmar profissionalmente. O que ainda está por ser definido é como isso deve acontecer. A chave do enigma: ter critérios, trabalhar dentro dos preceitos da ética e de sua especificidade técnica, em busca de uma maior fundamentação.*

*Assunto naturalmente volátil, a questão ética entre os psicólogos precisa ser discutida com as ferramentas da prática, de quem se debruça sobre desafios diariamente e nem sempre alcança o reconhecimento. Mas não pode deixar de lado a justa medida dos direitos e deveres do profissional. Simplificando: é justo se acomodar quando os outros componentes do corpo clínico de um hospital não fazem questão de sua atuação? É certo estar submetido a prazos estreitos na hora de definir o estado psicológico de uma pessoa? Alguns desses dilemas estão diretamente vinculados à quase militância em que se transformou o trabalho no serviço público.*

## Nos hospitais é necessário desbravar seu espaço para não ser confundido com "bombeiro"

Área tão recente quanto importante no espectro profissional do psicólogo, o serviço público carece de normatização capaz de clarear os limites e, em especial, o sentido da participação do psicólogo no trabalho de equipe.

A rede hospitalar ilustra bem a situação. Subordinado a decisões "domésticas", que variam de acordo com cada hospital, o profissional está mais ou menos integrado ao grupo com o qual convive conforme o modelo de atendimento da instituição.

Se a estrutura de trabalho passa pela subordinação a chefias clínicas, a tendência é de fragmentação das atividades. À parte a questão organizacional, a conclusão é que o lado prático em algo diluído, sem noção de conjunto.

O psicólogo assume, mesmo sem querer, função de bombeiro chamado a cada incêndio a ser apagado. E aí entra em discussão seus limites e o sentido do seu trabalho. Cabe a ele se dirigir ao leito do hospital porque o paciente se recusa a tomar o medicamento ou não pára de se debater? Não necessariamente, como faz supor a falta de clareza de alguns médicos, enfermeiros, auxiliares sobre as funções dos psicólogos. Vista assim, sua função fica quase insequente, encerrando-se em si mesma.

"Chama o psicólogo que esta mãe está chorando muito" - diz-se pelos corredores das maternidades sem muito discernimento.

Uma confusão muito frequente

também a que se faz com o serviço social. É claro que uma gravidez indesejada, para continuar no exemplo da maternidade, tem consequências psicológicas. O desafio é saber quando isso é ditado por situações exteriores contornáveis, se está ligado a problemas familiares ou financeiros.

Nos hospitais surgiu como reflexo da racionalização do modelo de atendimento a impossibilidade de prosseguir com o acompanhamento do paciente por um longo período. Em um sistema estrangulado pela demanda indefinidamente maior que a capacidade de supri-la, parece lógico que um psicólogo pegue um paciente em determinado ponto do caminho e o deixe no seguinte. O resultado, além da impessoalidade, e a interrupção do processo muitas vezes antes de ter sido concluído. O psicólogo de clínica acaba muitas vezes sendo subjugado pelos parâmetros médicos. O tempo de tratamento psicológico - hoje o tempo exigido pelos cuidados médicos. Em suma, trata-se da doença, não do doente. O paciente sarou; alta para ele. Quase não se leva em conta se o problema que o levou ao hospital deixou ou não sequelas psicológicas.

As exceções são psicólogos que desbravaram esse espaço e conseguiram mostrar o quanto é importante prosseguir com o acompanhamento psicológico mesmo depois de sanado o problema físico. Lidar com isso é sempre um exercício de diplomacia, já que passa

pelo poder que o médico tem (alguém nega?) dentro do hospital. Não se trata de desafiar, de impor uma queda de braço. Mas ao psicólogo cabe o esforço de prolongar o vínculo psicoterapêutico para além da alta hospitalar, num contexto ambulatorial, ou de efetuar o encaminhamento para um recurso da comunidade compatível com a natureza do problema.

## Equipe multidisciplinar: ganho com a troca de experiências

Problemas assim acontecem em escala bastante reduzida no modelo de trabalho multiprofissional. Exemplos como o do Hospital de Vila Nova Cachoeirinha mostram que a integração entre profissionais das diferentes fases que envolvem a recuperação do paciente é a melhor maneira de evitar uma interrupção

brusca no tratamento psicológico. Atuando em conjunto com assistentes sociais, enfermeiros e médicos, o psicólogo consegue demonstrar na prática a real abrangência de seu trabalho. Desta forma, elimina a cura de "apenas uma etapa a mais na linha de montagem" que sua atuação poderia ter. O maior ganho, porém, está na troca de experiências.

Quando lida de perto com a equipe multidisciplinar, o psicólogo capta os anseios e necessidades não só do paciente, mas dos outros profissionais. Criada a oportunidade, sua interferência no processo é que vai definir a ampliação ou a extinção de seu trabalho. Solidificar um espaço no grupo é uma tarefa de médio prazo, cumprida no bom aproveitamento de ocasiões específicas. É o caso, por exemplo, de estar atento às reações dos outros profissionais diante de certas situações, de se tornar útil quando o colega de trabalho se mostra angustiado por algum caso em particular. Longe de parecer arrogante, o



No Hospital Vila Nova Cachoeirinha, o respeito pelo trabalho do psicólogo

psicólogo precisa ter claro que o trabalho em grupo subentende sempre a troca de saber, em via de mão dupla.

Conseguir apoio da instituição em que se trabalha é o ponto de partida para fazer vingar a "causa" da atuação em grupo. Sem respaldo na prática, estruturalmente o trabalho multiprofissional tende a se limitar a um arrazoado de boas intenções. De que adianta manter a ação conjunta entre as diversas

funções se não houver reuniões periódicas que avaliem e corrijam os rumos do trabalho? Para isso, médicos, psicólogos, enfermeiros, enfim, todos precisam ter algumas horas livres de tempo em tempo, a cada semana, por exemplo. Isso significa que não estarão lidando com os pacientes nesse horário. Sem apoio do hospital destacando outras pessoas para cobrir essa ausência, ou sem uma readequação de horários, nada feito.

## No Judiciário, o perigo de virar máquina de fazer laudos

Dilema ainda maior vive o psicólogo que atua junto ao Poder Judiciário. Perdido na burocracia, cercado de regras a seguir e superiores hierárquicos a respeitar, ele oscila entre o despreparo e a submissão. Em boa medida por culpa da formação deficitária, sem direcionamentos ou opções fora do consultório, o psicólogo do Judiciário é no mais das vezes uma máquina de fazer laudos e emitir pareceres. Com dificuldades para entender o "direitês" que media cada passo seu, ele acaba por se render à falsa premissa de que está ali como mera peça da engrenagem jurídica.

Se todas as evidências induzem a este tipo de raciocínio (em especial aquela chamada juiz), isso se deve ao fato de que o próprio psicólogo não soube apresentar suas potencialidades, o que mais poderia oferecer. Acossado por determinações que, em nome da lei, ficam no limite da arbitrariedade, ele acabou por se moldar às exigências mais imediatas. Virou "tarefeiro", cumpridor de missões estreitas, com balizas ditadas pela necessidade e pelo aperto de prazos.

Trafegando por um caminho tortuoso como este, não surpreende que as trombadas com a ética se amontoassem ao longo do percurso. Vide o exemplo da Vara de Pinheiros, em que os psicólogos da

Infância e Juventude foram envolvidos em tiroteio ainda mal resolvido sobre adoções supostamente irregulares.

A começar pelo conflito do desejo de autonomia versus o "ser" funcionário público, a areia movediça que sinaliza o território do psicólogo do Judiciário começou a engolir a fidelidade de princípios éticos. Valendo-se da imagem distorcida de que só se presta contas ao superior imediato, o psicólogo descaracterizou em parte sua atuação, passando de servidor público (que na leitura mais simples e mais correta quem se presta a trabalhar pela e para a população) a servo das leis e de seu executor, o juiz. Como agravante, tenta compensar a falta de autonomia emprestando ao juiz, que tem poder de decisão e não sofre interferência nem mesmo de outros magistrados.

Quando pensa que desfruta dessa autonomia, o psicólogo só faz se encastelar. O efeito mais nocivo disso é que deixa de promover a troca de informações com os colegas, gente que passa por experiências semelhantes em outros fóruns e que, certamente, compartilha também da mesma formação falha. Gente que, talhada pelas dificuldades enfrentadas diariamente, poderia ser boa fonte de informações. "Em nome da minha autonomia, eu me reservo

o direito de não ouvir as suas sugestões", dizem alguns.

## Nos presídios: 40 minutos para decidir

Se na maior parte dos fóruns esses desacertos de rota são comuns, no sistema prisional a situação do psicólogo ainda mais delicada, (para não dizer caótica). Como definir em uma única sessão, que dura em média 40 minutos, se um detento tem condições de receber o indulto de Natal? Como ser conclusivo em um tempo miserável em que tem que se avaliar itens como a relação interpessoal do detento, seu nível intelectual, o tipo de criminoso que é, seu grau de periculosidade, os vínculos com a família e mais uma meia-dúzia de informações? Em última instância, é este parecer apressado que dar respaldo à decisão do juiz, ou seja, é para as mãos do psicólogo que se transfere a responsabilidade por um criminoso estar circulando pelas ruas. Do jeito que funciona hoje, o sistema faz do psicólogo um cúmplice se o detento indultado resolver descumprir as regras de boa conduta que deve seguir do lado de fora do muro do presídio.

Nos chamados hospitais de custódia, que abrigam detentos com problemas mentais, o psicólogo sofre uma carga de responsabilidade menor, mas os obstáculos aparecem de outras maneiras. Tendo que lidar com a dificuldade adicional de que o paciente é, antes de tudo, alguém que está ali para cumprir pena

criminal, o psicólogo se vê de mãos atadas duplamente.

Primeiro, quando a porção mais importante do seu trabalho é a de colaborar com a sua avaliação para uma peça de abstração chamada "Parecer de Verificação da Sensação de Periculosidade". Depois, quando descobre que, mesmo recuperado o doente mental, sua desinternação está na dependência do juiz, ainda que vencido o tempo de duração da sentença.

Além dos entraves jurídicos, diariamente o psicólogo dos hospitais de custódia têm de transpor barreiras conceituais como as das divergências com promotores. Não são raros os que questionam laudos com base em impressões pessoais, desprovidos de método ou conteúdo científico.

Sem o menor desvelo com a ética, desautorizam o trabalho do psicólogo com o descaso com que se trata uma receita de bolo que não deu certo. Não é que o psicólogo seja infalível ou que todos os laudos beirem o primor, mas alguns vícios particulares do próprio sistema de trabalho conduzem a resultados pouco satisfatórios.

Laudos redundantes como os que são feitos por médicos se devem em boa parte à falta de clareza de limites, como já foi dito, mas também à escassa humildade que impede um profissional de se dirigir a outro para entender como as coisas se encaminham. Falta tempo, é verdade, e constantemente o paciente tem de ser avaliado à queima roupa. Longe do ideal, mas alguém precisa interromper o círculo vicioso.

## Psicólogo ajuda a selecionar juiz na Vara de Família

Um tanto mais alentadora a situação da Vara de Família do Fórum João Mendes, exemplo praticamente isolado de atuação bem-sucedida do psicólogo no Judiciário. A boa receptividade que a equipe encontra entre os juízes pode ser medida pelas palestras periódicas

cas que seus integrantes são convidados a dar para os magistrados, em especial no interior. Outra evidência a participação de dois psicólogos no processo de seleção de novos juízes. Essa, talvez a maior conquista, já que é uma chance privilegiada para que o futuro juiz "perceba" a existência e, claro, a importância do psicólogo como aliado e não um simples auxiliar.

"Os psicólogos são os olhos e ouvidos do juiz", chegam a dizer alguns magistrados sobre o trabalho

de peritagem. Até chegar ao estágio atual, a Vara da Família central naturalmente "cavou" espaços. Uma de suas principais frentes um curso com o be-a-bá do Direito, para que o psicólogo assimile conceitos básicos que farão parte de seu cotidiano e compreenda exatamente em que parte do processo e de que forma será indispensável.

Tornar-se útil e não apenas um "instrumento" a maior missão do psicólogo que trocou o consultório pelo serviço público. Boa mostra de

que isso é viável é dada pelos centros de convivência municipais de São Paulo. Criados com o pressuposto da ação conjunta dos profissionais, esses centros conseguiram promover a articulação das especificidades de tal forma que o trabalho de um se encaixa adequadamente ao do outro. Neles, a ação ocorre em bloco, guiada por necessidades impostas por cada atividade desenvolvida. É certo que alcançam uma interação maior entre quem oferece e quem usufrui do serviço.

## Novas frentes de trabalho nas prefeituras

A partir de 89, com a criação do Programa de Saúde Mental, abriram-se novas frentes de trabalho na Prefeitura de São Paulo. Foram criados serviços nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos prontos-socorros e hospitais municipais. Além disso, surgiram dois novos equipamentos: os Hospitais-Dia e os Centros de Convivência. Com boas frentes de trabalho como estas, as quatro ou cinco dúzias de psicólogos que a Saúde Municipal somava em 1989 foram multiplicadas por dez em quatro anos. E as vagas só não foram mais ampliadas pela mudança de rumos na nova gestão da Prefeitura. Se fosse ainda prioritária a área social, os psicólogos teriam pelo menos o dobro dos postos de trabalho que têm hoje. Há demanda, todos sabem. Prova disso são as listas de espera que crescem progressivamente nas Unidades Básicas de Saúde. Claro que a retração no quadro (ou pelo menos sua não-ampliação) contribui, mas hoje tende a crescer o número de pessoas que busca atendimento psicológico nos serviços de Saúde Pública.

Em Santos, a implantação de três programas de Saúde Mental elevou para 60 o número de psicólogos que atuam junto à Prefeitura. Dois concursos foram realizados até hoje, especificamente para abastecer esses projetos com novos profissionais. O primeiro deles, em 1990, previa uma situação nova nas propostas-padrão de trabalho do psicólogo no funcionalismo público: a possibilidade de escolha da carga horária, com opções para quatro, seis ou oito horas de trabalho. Já no mais recente, a idéia foi abolida, permanecendo apenas as 40 horas semanais, ou seja, oito por dia.

Situação semelhante viveram os psicólogos que disputaram uma vaga este ano na Prefeitura de Itapeverica da Serra. No último concurso público, em julho, os interessados concorriam a um emprego de oito horas diárias de trabalho. Até então, um

psicólogo contratado naquela cidade tinha uma jornada de seis horas. Segundo o prefeito, Hélio Rubens, que é psicólogo, não há motivo para que esse profissional trabalhe seis horas quando todos trabalham oito. Em Itapeverica, o mercado na Prefeitura é ainda incipiente. Fora o pessoal comissionado, via SUS, "apenas três ou quatro psicólogos trabalham para a Prefeitura, na escola para deficientes, mantida pelo município e nas áreas de saúde e educação", conta o prefeito.

Lá, o salário do psicólogo da Prefeitura contratado em regime de oito horas é de CR\$ 58.000,00 (nov. de 93), menor que em Santos e em São Paulo (em torno de CR\$ 70.000,00), mas maior que o pago pelo Estado.

### Novos rumos: fim da dedicação exclusiva pode prejudicar antigas conquistas?

Mesmo distante de condições salariais ideais ou de uma jornada de trabalho mais compatível com o que ganha, o psicólogo tende a ver ampliada a oferta de empregos no serviço público, em particular na área de Saúde. Os maiores indícios disso são os primeiros convênios com universidades, iniciativas importantes que atraem o caminho do psicólogo para o mercado extra-consultórios, e aproximam os cursos de formação das necessidades práticas da profissão.

Em Itapeverica, a Prefeitura conversa atualmente com representantes da PUC sobre o aproveitamento de pré-fermandos no programa de Saúde Mental, que pretende implantar a partir do próximo ano. Em Santos, a Unisantos e a Prefeitura mantém um acordo para aproveitamento pelo município de estagiários

de quarto e quinto anos das áreas de Psicologia Institucional e Psicologia Comunitária. Modestamente, a profissão começa a consolidar espaços, a refletir sobre seus rumos. E pelo menos um começo, que requer uma longa jornada de discussões e amadurecimento. E o processo Constituinte está aí para isso.

A questão salarial motivo de controvérsias no município de São Paulo. As mudanças propostas pelo fim do Regime de Dedicção Profissional Exclusiva (RDPE) com a opção pelo Quadro de Profissionais da Saúde (QPS) ainda dividem a categoria. A incerteza sobre os reais benefícios da mudança fez com que muita gente tenha deixado para optar apenas em cima da hora, à beira do prazo final, 13 de dezembro.

Outro motivo da discussão é a interpretação do QPS como Plano de Carreira. Quando começou a se

esboçado, ainda na gestão Erundina, o Plano de Carreira merecia o nome. Pela idéia original, ele teria função de orientar o desenvolvimento profissional nos quadros da Prefeitura, impondo critérios para que cada funcionário municipal tivesse no horizonte como e quando alcançariam uma evolução, tanto na função como no salário. Das intenções iniciais, o que restou foi o QPS. Ainda assim, o modelo tem sido fonte de inspiração para municípios como Osasco, que trabalha pela sua implantação.

A Diretoria e Comissão de Saúde organizaram reuniões, em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos, para discutir com os colegas da Prefeitura as implicações do QPS. Como resultado desses encontros, alguns psicólogos compuseram um grupo de trabalho para discutir o assunto. Foi feito um parecer pela assessoria jurídica do CRP-06, que se encontra à disposição na sede.



Nos Centros de Convivência, o trabalho é feito por equipes multidisciplinares

# PROCESSO CONSTITUINTE MOBILIZA SUBSEDES.

Uma vez detonado o Processo Constituinte pelo CRP-06, várias subse-des se mobilizam no sentido de discuti-lo e apresentar suas propostas.

Alguns exemplos dessas atividades foram enviadas pelas subse-des de Assis, Bauru, Campo Grande, Cuiabá, São José do Rio Preto e Taubaté, envolvendo profissionais da áreas, educadores, autoridades e a comunidade em geral.

Acompanhe os mais recentes movimentos nessas subse-des.



## Criança e adolescente, em discussão na região de Taubaté

Com a participação da Prefeitura Municipal, Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, Universidade de Taubaté e o Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente, que respondeu pela promoção, foi realizado Seminário sobre a realidade da criança e do adolescente em Taubaté, no Anfiteatro do Bom Conselho da UNITAU. A subse-de apoiou o evento e convocou os psicólogos da região, através de mala direta, para participarem. Nos dias 25, 26 e 27, de outubro, o evento discutiu temas como Direitos Humanos, problemas e conquistas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a promoção de mesa redonda que reuniu autoridades e lideranças da cidade. A finalidade foi definir estratégias e políticas de ação que levem a uma maior conscientização da comunidade sobre a necessidade de se voltar a essa questão.

## Educação mobiliza a categoria em São José do Rio Preto

A subse-de de São José de Rio Preto promoveu, dia 23 de outubro, o encontro "Psicologia Escolar e Educação em Debate", na Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras, com o objetivo de retomar os trabalhos da Comissão de

Educação e mobilizar os profissionais para a discussão de problemas referentes à Psicologia Educacional, envolvendo segmentos da sociedade interessados em discutir essas questões.

O encontro teve como palestrantes a professora Maureen de Almeida Leão Cury e as psicólogas Cynthia Julia dos Anjos Villardi, Elaine da Silva Furtado, Maria José de Albuquerque e Mary Terra Verde.

Foi apresentada a proposta da atual diretoria do CRP-06, "Psicologia e Cidadania", destacando-se a importância da formação das comissões dentro da subse-de, bem como urgência de se iniciar as discussões sobre o Processo Constituinte, sendo feito um convite aos profissionais para que se inscrevam nas suas áreas de interesse.

Sob o tema "Educação Hoje", foi lembrada a perda do orçamento para Educação nos últimos governos e suas consequências no Ensino Público. Destacou-se a preocupação dos professores com a queda da qualidade, suas lutas e conquistas, as verbas para a Campanha "Educação no Centro das Atenções" e a criação do Fórum Permanente de Debate da Educação.

A representante da Comissão Gestora, Lourdes de Fátima Genaro, reforçou as colocações sobre o tema e lembrou que essa é uma das lutas do CRP-06.

Outro assunto abordado foi "Atuação e Experiência em Psicologia Escolar", com psicólogos da rede pública e de escolas particulares, que falaram sobre orientação vocacional, dificuldades na área,

destacando seu interesse pelo método de abordagem clínica.

Os convidados relataram sua experiências como a dificuldade de definição do papel do psicólogo na escola, área ainda a ser devidamente conquistada.

O terceiro tema levantado foi "Formação em Psicologia Escolar", sobre o papel das universidades na formação, o problema da Educação no País, queda na qualidade de ensino, a importância da Psicologia em pensar a escola pública, a questão da miséria e das diferenças sociais nas relações pessoais e a valorização da Educação dentro das escolas.

Os participantes mostraram-se dispostos a participar das comissões, orientados para se inscreverem junto à subse-de do CRP-06. Profissionais de outras cidades solicitam que sejam enviados relatórios das reuniões da Comissão de Educação, sendo orientados e formarão grupos de trabalho em suas regiões.

## Luta pela cidadania em Mato Grosso

De 25 a 27 de outubro, a subse-de de Cuiabá promoveu vistoria no Instituto Neuropsiquiatria da cidade, visando sua reclassificação segundo a portaria 224 do Ministério da Saúde.

Há três meses, na primeira visita ao hospital, o grupo liderado pela psicóloga Alcione Silveira de Freitas encontrou um manicômio com 500 leitos, falta de recursos humanos e de um programa terapêutico.



Desta vez, o quadro era bem diferente: o número de leitos diminuiu para 454, o pessoal de serviço atendia às expectativas e existia já um programa terapêutico, o que levou o Instituto a ser considerado apto para Psiquiatria IV. O que mais chamou a atenção foi a mudança de comportamento no hospital, onde agora as pessoas tendem a reconhecer os pacientes como cidadãos.

## SUS não resolve em Campo Grande

Sob a coordenação de Marina Ribeiro, a subseção colocou em discussão a situação do psicólogo na Saúde Pública.

Ficou constatado que a partir da municipalização dos serviços, os psicólogos do Estado na cidade passaram a ser subordinados à Divisão de Ações Básicas de Saúde, da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde Pública, mantendo, porém, o vínculo empregatício original, quanto a carga horária, remuneração e função.

Enquanto profissionais contratados pelo Estado cumprem jornada diária de seis horas, recebendo dois salários mínimos, os pagos pelo município trabalham oito horas e ganham três salários mínimos.

Até agora não foi implantada a isonomia salarial nem o Plano de Carreira, Cargo e Salário para os profissionais do SUS no Mato Grosso do Sul.

A inserção do psicólogo no Sistema Único de Saúde tem acontecido de forma displicente: não há treinamento para as novas diretrizes do sistema, dificuldade que atinge todos os trabalhadores de Saúde, de nível elementar, médio ou universitário.

O encontro analisou questões como a não qualificação em Saúde Pública nas faculdades, condições de trabalho precárias, sistema desparelhado para o atendimento à

população, e a falta de definição do papel do psicólogo nos Centros de Saúde.

Sua atuação acontece normalmente em programas de assistência integral (mulheres, crianças, hipertensos, diabéticos, hansenianos etc). Os usuários são atendidos em diversos locais como SUS, PAM, Santa Casa, Centros de Saúde Regionais (24 horas), Centro de Saúde Especial e outros.

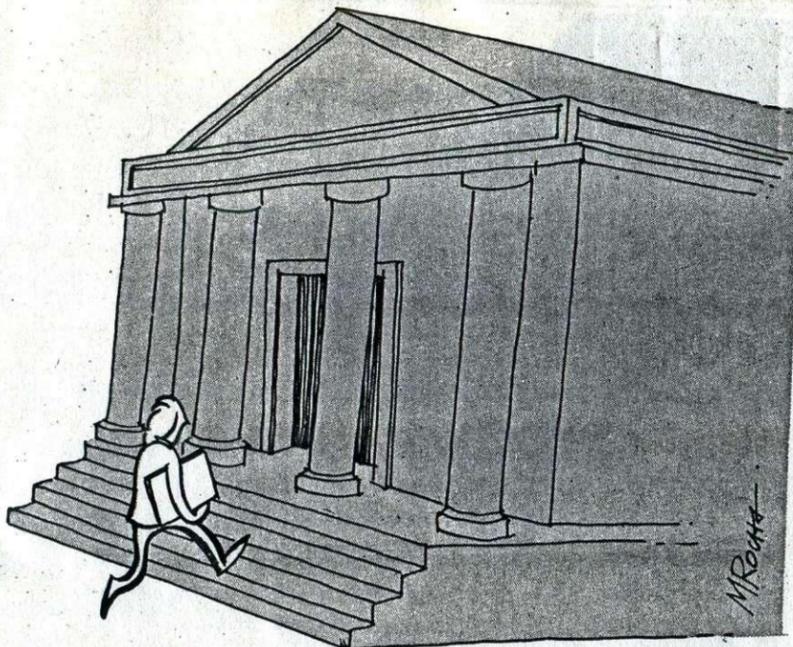
Recentemente, a Prefeitura de Campo Grande enviou à Câmara Municipal projeto que disciplina e regulamenta plantões e gratificações dos trabalhadores de Saúde. No texto, fica evidente a valorização das ações curativas em detrimento das preventivas, onde médicos, cirurgiões-dentistas, enfermeiros-padrão, técnicos em enfermagem e fiscais sanitários foram os únicos contemplados.

Em ação conjunta do CRP-06, Sindicato dos Farmacêuticos, Sindicato dos Psicólogos e CUT, foram apresentadas emendas para que o texto "médicos e cirurgiões-dentistas" mude para "trabalhadores em Saúde de nível universitário". E alteração do parágrafo que favorece médicos e cirurgiões-dentistas que atuam na Zona Rural com gratificação de 70 UPS para "todos os trabalhadores de Saúde de nível elementar, médio e universitário". Inclusão do projeto dos servidores do Estado transferidos para o município pelo SUS de todas as gratificações e dos plantões.

O projeto está em regime de votação urgente na Câmara de Vereadores de Campo Grande.

## Processo Constituinte é predominante em Bauru

No dia 28 de outubro, a subseção de Bauru realizou reunião com profissionais da área de Saúde Pública e Psicoterapias para debater o Processo Constituinte.



Participaram Maria Cristina Fadil Caetano, representante de Araçatuba e mais onze psicólogas, que trabalham com Saúde Clínica de consultório, Saúde Pública e Hospitalar, que se mostraram unânimes na preocupação com a formação profissional nos aspectos técnico e ético.

A coordenadora Zilá Flauzina Soncheff Domingues foi indicada para representar os conselhos e associações de profissionais junto ao Conselho Municipal de Saúde de Bauru, como resultado da mobilização pela revisão de uma nomeação feita pelo Prefeito, considerada ilegal.

A subseção de Bauru está encontrando sérias dificuldades para reunir os psicólogos da região em torno do Processo Constituinte. O exemplo não poderia ser pior: no último dia 18 de novembro, apenas oito psicólogas compareceram à reunião convocada pela subseção. E foram convidados mais de 800 profissionais.

## Formação e exercício profissional, temas do Encontro em Assis

A discussão de tópicos relativos à formação profissional, à prática dos psicólogos e a ética na Psicologia foi o principal objetivo da participação da subseção de Assis no XVI Encontro de Psicologia, ocorrido no período de 21 a 25 de setembro.

Organizado pelo Curso de Psicologia da UNESP local, o evento debateu o tema "Psicologia na Atualidade: Lugares e Fronteiras", com a participação de alunos e professores, profissionais da região, conselheiros e a Comissão Gestora.

Foram realizadas três mesas redondas organizadas pelo CRP-06. O encontro "Exercício Profissional do Psicólogo" no dia 22, coordenado por Maria Cristina Vendramel, teve como convi-

dados Sérgio da Silva Leite, docente da UNICAMP, que falou sobre o tema na área da Educação; Abílio da Costa Rosa, psicanalista e analista institucional, que enfocou a Saúde Mental Pública; Walter de Paula P. Filho, psicólogo do Trabalho e conselheiro do CRP-06, que abordou a Psicologia Organizacional e Celso Zonta, da UNESP de Bauru e conselheiro secretário do CRP-06, falando sobre Psicologia de Comunidade.

Todas interessantes, as apresentações trouxeram à reflexão o exercício profissional, estudos e análises que os psicólogos vêm desenvolvendo.

A mesa "Formação Profissional: Na Academia?", dia 23, teve como convidados Odair Sass, conselheiro presidente, professor da UNESP e conselheiro do CRP-06, Antonio Virgílio Bastos, da UFG-Bahia, e Cecília M. B. Coimbra, da UFF-Rio de Janeiro.

Foram mostradas pesquisas com psicólogos avaliando a formação da categoria, a rápida dinâmica social e sua interferência nessa formação, e discutiu-se a importância da revisão curricular.

No dia 25 de setembro, ainda, foi apresentada a mesa "Ética, Cidadania e Profissão", apresentada por Ana Maria R. Carvalho, da Comissão Gestora. A coordenação foi de Maria Silvia M. Bolguese, conselheira vice-presidente do CRP-06, tendo como convidados Roberto Romano, professor da UNICAMP e doutor em filosofia, e Fábio Herrmann, psicanalista e professor da PUC.

As apresentações abordaram desde Ética na sociedade contemporânea, em particular a brasileira, na profissão, em especial psicoterapias e o cotidiano, e, ainda, a política da atual diretoria do CRP-06, gestão "Psicologia e Cidadania".

Essas palestras estão disponíveis em fitas de vídeo e os textos também podem ser solicitados à subseção de Assis.

# PRÁTICAS ALTERNATIVAS E PSICOTERAPIA

**E**ncontra-se hoje por toda a parte, referências cada vez mais fortes sobre alimentação, medicina e terapia alternativas, entre outras formas de tratamento da saúde. Isso tem preocupado a muitos profissionais de saúde, pela amplitude e o alcance junto à população em geral.

O prestígio dos tratamentos alternativos tem origem no movimento da contracultura que alcançou o auge nos anos 60. Não só os tratamentos de saúde como outros comportamentos ditos alternativos se apresentaram, naqueles tempos, como uma ruptura da ordem estabelecida, uma crítica ao status quo.

Naqueles anos, propunha-se a concretização de utopias. Deixava-se a vida familiar burguesa para conviver em comunidade. Na alimentação, abolia-se a carne a optava-se pela dieta vegetariana ou macrobiótica. No lugar das aspirinas e vitaminas, os chás. Contra a repressão sexual, o amor livre. Ao invés do individualismo, o grupo. Contra a psiquiatria, a antipsiquiatria. Hoje, isso é passado. Até o significado das práticas alternativas mudou.

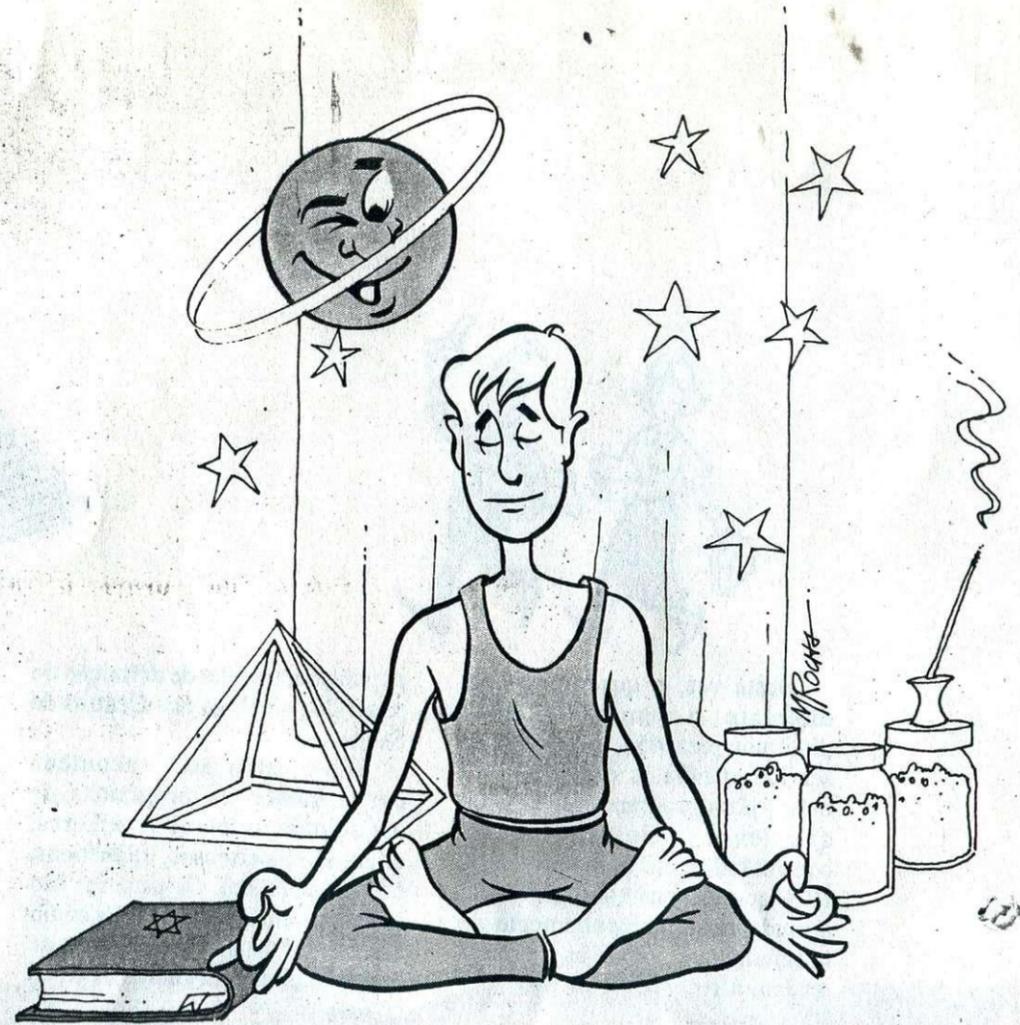
Consultando o dicionário<sup>(2)</sup> encontra-se em alternativa: **sucessão de duas coisas reciprocamente exclusivas. Opção entre duas coisas. Sistemas de duas ou mais proposições das quais pelo menos uma é verdadeira, e que, portanto não se excluem necessariamente; disjunção. Sistema de proposições das quais só uma é verdadeira. Cada uma das proposições que fazem parte de uma alternativa; proposição alternada.**

No dicionário, verifica-se que o

significado predominante de alternativa tem caráter excludente, tal qual se viu nos exemplos da contracultura. Entretanto, no caso das terapias, elas hoje não mantêm esse caráter. Colocam-se como coadjuvantes, como aliadas a outros tratamentos. Em alguns casos, há um ecletismo que tenta integrar a racionalidade do trabalho científico com o acaso, a divindade, a magia.

Esta questão da integração de sistemas de pensamento tão díspares como o pensamento mágico e o científico foi abordado por Luiz Carlos Maciel na revista LEIA<sup>(7)</sup> em 1991. Com vários trabalhos publicados, Maciel foi um dos maiores divulgadores do movimento da contracultura no Brasil, nos anos 60 e 70.

No seu depoimento à revista, Maciel afirma; **“Os esotéricos de agora, ao contrário da geração da contracultura, não pretendem contestar a cultura. Eles querem aderir, querem ser aceitos pela cultura oficial, se integrar, ser assimilados. Astrólogo começa a dizer que a astrologia é científica. Ora bolas, se o objetivo era uma crítica à ciência, astrologia tinha graça porque não era científica, era mágica, um outro pensamento. Agora se pretende reduzir toda a tradição mágica à ciência convencional, usando-se inclusive termos ligados às raízes científicas como radiestesia, psicotrônica. Isto é extremamente ingênuo, porque o que há de interessante neste terreno da realidade é exatamente isto. É você sair da realidade, tal como ela é dada oficialmente pela cultura vigente. É o que Castaneda coloca. É outra realidade. Não há mais sentido da outra realidade. É a tentativa de**



**que estas coisas sejam tão respeitáveis quanto a ciência oficial. E há um desentendimento. Porque ela não encontra, não atinge os padrões de racionalidade, fica aquém, continua sendo desprezada com mais força.”**

Os argumentos de Maciel no texto acima e em outros textos<sup>(6)</sup> colocam o esoterismo e outras formas de conhecimentos práticos, mágicos e ocultistas num patamar superior ao da ciência. Para ele, a ciência está sempre negando agora o que afirmava ontem, está se corrigindo e se negando o tempo todo.

Não se trata aqui de discutir hierarquia das formas de conhecimento. A intenção é concordar com os argumentos de Maciel no que diz respeito às diferenças inconciliáveis entre os diferentes sistemas de pensamento. São essas diferenças que os tornam alternativos, possibilitando a existência do pluralismo.

Os tratamentos alternativos no campo da Medicina são acompanhados pelo Conselho Federal da área, que tomou posição clara a respeito da homeopatia, reconhecendo-a como especialidade médica. Quanto à acupuntura e a fitoterapia (tratamentos à base de

plantas), foram aceitas como métodos terapêuticos que podem ser exercidos por qualquer profissional médico. O mesmo não aconteceu com os florais de Bach. Em cada caso, o CFM justificou as decisões em resoluções ou pareceres, conforme se vê no Jornal do Conselho Regional de Medicina<sup>(4)</sup>, de julho de 1993, numa resposta à carta do leitor.

O CRP-06 tem avançado no debate dessas questões. Entretanto não há uma definição clara sobre o assunto. No Jornal do CRP<sup>(5)</sup>, de junho de 1993, duas matérias aparentemente conflitantes entre si são apresentadas. No artigo **Práticas alternativas: algumas faces da questão**, pág. 3, reconhece e que pode haver práticas alternativas sérias, inovadoras e convida ao debate. Num segundo artigo da mesma edição **Psicoterapias discutem formação e processo constituinte**, pág. 12, afirma que as práticas alternativas não são reconhecidas cientificamente e são passíveis de punição por parte do CRP.

Também o Jornal do Federal-<sup>(3)</sup> Conselho Federal de Psicologia, de agosto de 1993, traz artigo **Comissão Analisa Práticas Alternativas**. O artigo (2) é assinado

pela Presidenta da Câmara de Orientação e Fiscalização do Conselho Federal. O texto fala da comissão que irá elaborar pareceres acerca desta temática, visando a resguardar a Psicologia enquanto ciência e profissão.

O estabelecimento de uma posição clara e pública dos Conselhos quanto às práticas alternativas auxiliará aos psicólogos já formados, aos que estão em formação nas instituições e contribuirá para que os cidadãos em geral possam exercer o direito de fazer sua escolha com maiores informações. Esse assunto, aparentemente restrito à psicoterapia, na realidade diz respeito a ética, formação, trabalho, categoria e sociedade.

A origem desse debate está nas consultas que são feitas ao CRP, nos processos éticos, nas reportagens na imprensa. Esta questão tem que ser colocada explicitamente, pois há psicólogos atuando em processos terapêuticos com a utilização da religião, práticas acultistas ou uso de medicamentos naturais. Religião, ocultismo e medicação passam a ser recursos codjuvantes na psicoterapia.

Quanto à religião, não há o que dizer, pois todos conhecem suas diferenças para com a ciência. Quanto à medicação, qualquer que seja o tipo, está no âmbito da Medicina. O ocultismo também não dá para ser considerado Psicologia enquanto ciência. Basta verificar no dicionário **Ocultismo: estudo e/ou prática de artes divinatórias e de fenômenos que parecem não podem ser explicados pelas leis naturais, como por exemplo a astrologia, a quiromancia, a magia, a telepatia e a levitação; ciências ocultas.**

Alguns psicólogos que integram à psicoterapia práticas ocultistas, costumam utilizar-se Carl Gustav Jung como referência ao seu trabalho. Jung, fundador da denominada **Psicologia Complexa** ou **Psicologia Analítica** pesquisou e utilizou-se no seu trabalho da religião e práticas ocultistas, concebendo a ciência de outra forma que não a determinista. Entretanto, é oportuno verificar o que diz Byington num artigo(1) onde aborda esta questão. O texto diz que

**Jung, com o que trouxe da idade religiosa e da atitude científica, ultrapassou as duas no plano existencial, onde não só concebeu como desempenhou a teoria e a prática do processo de individualização.** (pág. 18)

No mesmo artigo, Byington trata de maneira explícita a questão do uso de Jung apenas como um místico. **Associar Jung com o esotérico talvez seja mais fácil, se atentarmos para o grande número de publicações que capciosamente buscam fundamentar a prática do ocultismo em sua obra. O absurdo dessa conduta torna-se evidente quando, em qualquer estudo mais apurado dos dezessete volumes de suas obras completas, vemos sobejamente praticada e explicitamente formulada e desenvolvida, a teoria do conhecimento pela fenomenologia. Negar isso é negar o altíssimo gabarito cultural de Jung e sua esmerada formação científica. Torná-lo ocultista, por ter estudado os símbolos da alquimia, é tão destrutivo como quando foi chamado de nazista por ter estudado a imagem mitológica de Wotan no nazismo.** (pág. 19)

O cidadão que procura um psicólogo deve ter claramente expostos qual a natureza e quais as possibilidades do atendimento que receberá. Descaracterizar técnicas e procedimentos científicos com auxílio de práticas místicas e/ou querer dar à religião ou práticas ocultistas uma aparência científica parece um contra-senso.

É necessário ressaltar que esta discussão se dá no plano dos compromissos assumidos pelo psicólogo com a Psicologia enquanto ciência. Já o cidadão fará as fusões entre as práticas alternativas e as estabelecidas, experimentando os tratamentos de acordo com a sua vontade. Ao CRP caberá apenas informá-lo das condições das práticas que lhe dizem respeito.

Quando o psicólogo se propõe a incluir em seu tratamento, além da sua formação, o ocultismo e a medicação, poderá estar dando aos clientes a mensagem de que ele é mais, possui um "Plus" na sua

terapia, pois tem a formação acadêmica em Psicologia. O seu tratamento pode estar se apresentando como um produto mais completo, o que pode ser um engodo ou um equívoco.

A prática psicoterápica requer do psicólogo capacitação mais palpável, que possa ser trazida à luz do debate, da discussão. Os princípios da Psicologia, implícitos em qualquer psicoterapia, implicam na participação do cliente e do psicólogo no plano concreto, num trabalho de elaboração constante.

Evidentemente, a existência de maus profissionais e charlatões pode ocorrer em qualquer profissão científica ou mística. O Código Penal, o Código de Defesa do Consumidor e outras providências equivalentes dão conta da situação. Deve-se preservar e garantir o direito de o cidadão estar bem informado para que faça a melhor escolha.

No bojo das práticas alternativas vem outras experiências que não podem ser desprezadas porque a academia ainda não deu conta delas ou porque elas ainda não estão arranjadas ou articuladas para se apresentar ao mundo acadêmico. O CRP deve estar aberto ao novo, incentivando e acompanhando o que ocorre com a categoria. Se não for possível identificar novos sistemas em Psicologia que se identifiquem novos métodos, técnicas, procedimentos etc.

Com menor polêmica, as práticas corporais exercidas por psicólogos são colocadas também entre as alternativas. Alguns modelos de terapias corporais requerem do terapeuta uma profunda formação prática, teórica e vivencial. O trabalho que realizam liga, explicitamente, o corpo à psique. Há uma fundamentação conceitual elaborada sobre a relação corpo/mente.

Além das práticas corporais, outros métodos e técnicas estão sendo exercitados pela categoria sem um posicionamento do CRP. Alguns exemplos: arteterapia, grafologia, inventários de perfis (informatizados ou não) e outros meios de diagnosticar ou tratar. A cada caso, o CRP deverá se posicionar.

No debate com a categoria, as instituições formadoras, outros

Conselhos, o Conselho Federal e a sociedade, enfim, o CRP já deve apresentar algum parâmetro; uma vez que, por processos éticos e solicitação da própria categoria, tem alguns pontos discutidos internamente que poderão contribuir para soluções futuras.

O reconhecimento de novas práticas precisará de um método de avaliação que permita ao CRP chegar a um consenso sobre a nova ordem junto às entidades voltadas para a formação, segmentos da categoria e os envolvidos diretamente na nova prática. Com análise, divulgação de resultados e exposição de pareceres, certamente todos sairão ganhando.

## Referências

1. BYINGTON, Carlos. Freud e Jung. Livro de Planeta sobre JUNG, Editora Três, pp.15-21
2. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
3. FRANCISCO, Ana Lúcia. **Comissão analisa práticas alternativas.** Jornal do Federal - Conselho Federal de Psicologia. Brasília, ano VIII, nº 34, agosto, 1993, p.4.
4. JORNAL DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO - **Medicina Alternativa - Ano XIII - nº 77, junho de 1993, p. 3.**
5. JORNAL DO CRP - Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, **Práticas alternativas: algumas faces da questão - p.3 e Psicoterapias discutem formação e processo constituinte p.12, São Paulo, nº 81, julho de 1993.**
6. MACIEL, Luiz Carlos. **A morte organizada.** Rio de Janeiro - Global Editora e Distribuição Ltda. e Editora Ground Informação Ltda. 1978, pp. 107-12.
7. MACIEL, Luiz Carlos. **Contracultura e Integração - Depoimento.** LEIA, São Paulo, nº 153, 1991, pp. 26-28.

Este texto foi elaborado pelo conselheiro Walter de Paula Pinto Filho, da Comissão de Trabalho.

São Paulo, setembro de 1993.



Nesta lista constam os nomes dos psicólogos inscritos no CRP-06 com endereços desatualizados.  
Solicitamos que entrem em contato com nossa administração. Telefone: 549-9799.  
Caso você conheça algum nome desta relação, informe o colega.

NOME	CPF/NUM-CRP	NOME	CPF/NUM-CRP	NOME	CPF/NUM-CRP
Abilio da Costa Rosa	81870	Izilda Isabel Braz Garbossa	231165	Martha Dias Murano	46172
Adail Ferreira Macedo	290912	Izildinha Costa Rodrigues	55473	Maura Calarezi Bineli	87247
Adriana Aneris Borela de Oliveira	271460	Jonny Naegeli Filho	88106	Maura Maluf	143385
Afonso Mauro Peres	299108	Jose Artur Molina	183990	Mauro Figueiroa	32011
Aida Helena Martins Dias	201446	Jose Bazoli Sorato	62539	Mércia Moreira Tardin	159825
Ana Claudia Borges Duarte Lauria	269090	Jose Estevão Favaro	167396	Mirian Gallasi Gadelha	250804
Ana Lucia Ferreira Pereira	228578	Kathya Helena Pereira Gama	248965	Mirma Pizzirani Leal	43809
Ana Lucia Rufino da Silva	290858	Lais Antonieta Domingues Vaz	34583	Mônica Fernanda Allain	88254
Ana Lucia Vieira Rezende Gaia	222581	Leila Aparecida Vergueiro da Cruz	1093	Mônica Graciela Nagata	294765
Ana Maria Coimbra Martes	272795	Lidia Rodrigues Schwarz Gaggini	25711	Mônica Jenne Mussi	97881
Ana Maria Guirardi	165983	Ligia Marcia Martins	106630	Mônica Ursula Elisabeth Von Koss	73714
Ana Maria Steck Berni	197943	Lilian Martins d' Andrea	34079	Naila Maria Mendonça Borges	20953
Ana Maria Aparecida Garcia de Moraes	296070	Lilian Villegas Fernandes Mendes	254436	Natalia de Fátima Moraes	283741
Ana Maria Pestana de Paula	134483	Liliane Peracoli Breitenvieser	95344	Nazira Ortiz de Carvalho	272760
Ana Martha Schiavo Venanzi	154293	Lourdes de Paulo Cesar Granja	268163	Neide Aparecida de Oliveira	130851
Ana Paula Folhas Rosendo	212567	Lourdes Mijares y Mayor	274815	Neide Emy Kurokawa e Silva	133298
Ana Paula Moreira dos Santos	254762	Lúcia Helena Garcia	249476	Neide Redo Garcia	52557
Ana Rosa Correa Coelho	133450	Lúcia Marcia André	392619	Nelma Lopés Baptista da Silva	43728
Anahy Lucy D'Amico	152279	Lúcia Maria Franco da Silva	19450	Neusa Maria Rodrigues Da Silva Parrillo	227064
Analia Martins Cosac Quelho	259199	Lúcia Sanae Maeda	282041	Neyde Cottini	180844
Angela Maria Ferreira	139586	Lúcia Yosa	83178	Norma Paladino Debeuz	91879
Aparecida de Almeida	75607	Luciana Silveira Ribeiro	214204	Octavio da Costa Eduardo Junior	212915
Aparecida de Lourdes Monteiro	281557	Lucily Nazareth Assolant Gonçalves Neto	53270	Odécio Barnabé Junior	299302
Arare Flandoli Calia	213108	Luizeta Carolina Julio de Miranda	33851	Patricia Vivacqua Martins	6730
Arima Palma Venturelli	132167	Lyris Magliocca	267296	Paula Margarita Guzovsky Forshaid	33959
Carla Maria Schiffelers Pestana	252365	Manuel Abreu Fernandes da Costa	76940	Paulina Horowicz Guertman	57358
Carmem Silvia Brandão Grumwald Carrasco	179309	Márcia Balestrero Veronese	246029	Paulo Roberto de Carvalho	281417
Carmem D' Angelo	167701	Márcia Cecilia de Barros	168506	Raquel Emi Nakayama Leite	126076
Carmem Tereza Catarina Avanzo	117786	Márcia da Silva Freitas	83887	Regina Célia Castiglioni	24267
Carola Maximiliano Von Borries Mendes de Pere	284198	Márcia de Mesquita Furkotter	235056	Regina Célia Dias Calaes	12813
Cassia Elisabete Camargo de Miranda	244543	Márcia de Oliveira Falleiros	242740	Regina Maria Luchetta Reginato	57463
Cassia Karabolad Tadei	134386	Márcia Maria Biglia Frigeri	191760	Reinaldo Passianoto Junior	306198
Célia Vaisbich Egnácio	66390	Márcia Nogueira Salem da Silva	83089	Renata Schaeppi Cordeiro da Luz	255141
Claudia Lopes Garcia da Silva	276945	Márcia Terezinha Nogueira	47520	Reni Rutkowski Silva	54563
Claudia Marcela Bloise	228233	Marcos Antonio Fernandes de Macedo	241635	Roberto Allegretti	46350
Claudia Maria Carvalho	24364	Margarida Maria Mauricio	98309	Rosa Rega	116574
Claudia Maria Werner da Silva	195325	Marguerita Di Samo	224881	Rosana Maria Graziano Pereira Costa	154706
Claudia Suely do Egito Thome Vallim	280744	Maria Adelina Martins	140388	Rosane Audi	123680
Cleudir Pereira Barbier	129979	Maria Ailza Zambona	86531	Rosângela Maria Escudeiro Donadio	101716
Cleuza Ramona Cardoso	274386	Maria Alcina Celidonio Pogliani	176174	Rose Mary Alves	113585
Conceição de Azevedo Zanette	343320	Maria Angela Celeste Barbero	33495	Rosely Fátima Sayão	13855
Consuelo Vieira Nascimento	279705	Maria Aparecida Bento	96483	Sandra de Castro	158176
Cristina Antonieta Venchiarutti Del Nero	143202	Maria Aparecida Bernardo Borba	222760	Sandra Narchi Denes	63015
Cristine Cypriano Pedreschi	205841	Maria Aparecida Cruz Martins Junqueira Farah	176883	Sandra Regina Antunes e Broner	170510
Cynthia Correa Diniz Wellausen	270550	Maria Aparecida Nascimento Mota	302884	Sérgio Ricardo Julio	104896
Darci Ferreira Carvalho Neves	13871	Maria Aparecida Paschoal Goes	62962	Shirley Cortes de Sales	195066
Debora Mirayr Denise Fernandes	300916	Maria Aparecida Santiago Zamorra	45351	Silvana Benilde Correa Leite	307456
Denise Goulart Penteadó Kalil Issa	294196	Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa	170153	Silvana Conterno de Oliveira Rodrigues	273840
Denise Grassi	149592	Maria Benedita dos Santos Ivo	19260	Silvana Regina Mucilo	330783
Denise Juliano Arantes de Carvalho	87638	Maria Cecilia da Souza	236411	Silvia de Fiori Abbondanza	107613
Diva Rosana Medeiros de Almeida	256787	Maria Cecilia Puntel Borges	95948	Solange Fátima de Atílio Fagundes Correa	91305
Edith Aparecida Ferreira	158613	Maria Cecilia Sanches de Assis	233740	Solange Maria Hortenzi	150106
Eduardo Francisco da Maia Jorge	131796	Maria Christina Pedro Santos	87115	Solange Zacharias	203541
Edy Machado Luglio	150467	Maria Conceição Olivéria Brisson	325144	Sônia Maria Martins	58659
Elaine Izildinha Saccocchi Cardin	242944	Maria Cristina Barbosa de Oliveira	132612	Sônia Martins Torres	21545
Eliana Regina de Paula Silva	253178	Maria Cristina Cabral Ricardi	74918	Sônia Regina Sermarini Proença	245933
Elida Maria Diesner Azevedo	64529	Maria Cristina Ramos	234790	Sueli Martins dos Santos	280400
Elisabete Aparecida Guadalano da Costa Cortes	160317	Maria da Graça Damante	8909	Taeco Toma	125123
Elisabete Victorette	189439	Maria da Graça Ramos Bonato	83283	Tânia Maria Bogano Diniz Gomes	65285
Elizabete Terezinha Nogueira	69290	Maria das Graças Victor Silva	146773	Tereza Cristina Leme Ribeiro	279730
Eneas Martim Canhadas	184719	Maria do Carmo de Ascensão Lima	152465	Tereza Cristina Penteadó de Campos	166290
Enubia Donizete Veroneze Daleck	95999	Maria Eline Guedes Alcoforado	72332	Tereza Aparecida Aavalio Bonuma	18494
Ester Aparecida Gozzo Souza	197331	Maria Helena da Silva	258122	Tereza Cristina Peixoto	210712
Everaldo Luiz de Souza	238177	Maria Iumi Watanabe	242162	Terezinha de Camargo Viana	10335
Fada Olivia Marilda Menezes Oliveira Lochoski	281735	Maria José Morais Pupo Nogueira	104977	Terezinha de Jesus Victoriano	53408
Fatima Neide Ruiz	162617	Maria Lia Rodrigues Simon Guimaro	30013	Terezinha do Menino Jesus Ferrari Piragine	137847
Fatima Regina Ney Matos	71066	Maria Los Angeles Rodrigues Perez	200218	Valquiria Louzada Barreira Gonçalves	84789
Fatima Roseli Macharelli Chahad	155187	Maria Luiza Almeida Grossi	164020	Vanda Maria Sevieri	170080
Felicia Perola Nachtajler	91372	Maria Luiza Pires Zambon	6803	Vânia Maria Beloni	272213
Fernanda Irene Serra	257573	Maria Margarida da Silva Teixeira	192875	Vânia Scodiero	121291
Flavia de Moura	83755	Maria Regina Ignácio Guimarães	323642	Vera Cristina Cunha Meira	106045
Flavio Souzaedo	13553	Maria Regina Scallet	147705	Vera Lúcia Alves Cabreira	187694
Flora Valeria Agresta Domanico	208610	Maria Renata Machado Vaz Pinto Coelho	106614	Vera Lúcia Mazzieri Arantes	65404
Francisco Antonio Romano	39147	Maria Tereza Fleury da Costa	211720	Vera Marina Cotrim de Barros	220800
Gilberto Tadeu Shinyashiki	30781	Maria Thereza Cappi	12821	Waldemir Brandão da Silva	147187
Giselda Fatima Galves Gradelia	128767	Marie Khoury de Andrade	114363	Walmira Maria Gomes da Silva	148283
Helena Pereira da Silva Roque	89261	Marilda Fernandes de Oliveira Gomes	349767	Washington Moreira da Silva	69125
Hime Kamura	68703	Marilene Busto Tognoli Nunes Silva	261089	Wirly de Figueiredo Vieira	280833
Ilda Aparecida Fiorante Fiori	136716	Marilene Rosa Negrini	164763	Yeda Coribelli Morato	153227
Inaja Franco Ferreira	66969	Marilisa Miragaia Aquino	117891	Yvelise Tambasco Vicentini Passos	260632
Irene Maria da Silva	281921	Marilze Aparecida Garcia Leal	142610	Zali Garcez Rosa	99545
Irene Paula Erlinger Calabrez	220958	Marisa Sgarbi	42885	Zélia Salles	124256
Irenita Maria de Oliveira Costa	209961	Marisa Simões Dias	213728	Zenaide Pinheiro Ferreira	73838
Ivanice Sanguinetti Czepielewski	236179	Marli Oliverio	251684	Zulmerinda Rocha Neves	134149
Ivone Aparecida Rodrigues	282068	Marta Barros de Almeida	258165		
		Martha Campos Isaac	84266		

# Novas conquistas virão



A atual gestão do CRP-06, Psicologia e Cidadania, visando uma administração democrática, vem mantendo o compromisso de promover o revezamento dos conselheiros que integram a direção do Conselho. A nova diretoria, que tem por presidente o conselheiro Odair Sass, tomou posse no dia 25 de setembro.

O presidente acredita que o próximo programa administrativo representa continuidade e, ao mesmo tempo, descontinuidade em relação ao anterior. Continuidade por procurar contemplar a consolidação de propostas já em andamento como, por exemplo, a Reforma Administrativa. E descontinuidade por superar proposições iniciais, especialmente a questão das comissões.

Em síntese, o plano de ação prioriza aspectos como articulação interna entre as comissões, conclusão da reforma administrativa, maior envolvimento do Conselho com outras instituições da sociedade, reforma do prédio adquirido para instalação da nova sede e realização do Congresso Regional de Psicologia.

Em relação às comissões, Odair Sass esclarece que "a idéia é superar cristalizações e a falta de articulação observada entre elas". Se por um lado essa forma de organização revelou-se positiva, por ter especificado temas importantes (Saúde, Infância e Adolescência, Formação e Educação, etc) e permitiu com que conselheiros e demais profissionais participantes se apropriassem do funcionamento do Conselho, por outro observou-se uma excessiva preocupação com

questões específicas, provocando menos integrações do que seria possível e desejável.

A nova proposta é realizar projetos que tenham por base grupos de trabalho relativos aos diversos temas, que atuarão em sintonia uns com os outros. Essa iniciativa, no entanto, não elimina totalmente as comissões, que continuarão a atender demandas como consultas, convites e outras solicitações.

Já a reforma administrativa terá continuidade assegurada em 94. Quando a primeira diretoria da gestão Psicologia e Cidadania assumiu, o quadro de funcionários era inchado e consumia boa parte do orçamento programa. Houve uma racionalização dos recursos, o que liberou verbas para o atendimento de interesses emergentes da categoria. Agora, esses interesses serão reforçados com a possibilidade dos conselheiros exercerem um papel articulador interno e externo, pois estarão livres do excesso de atividades administrativas e burocráticas. Afinal, a administração deve e pretende adequar-se plenamente a serviço dos psicólogos e da Psicologia.

Também pensando em melhorar o atendimento aos profissionais será reformada a nova sede. A casa, com cerca de mil metros quadrados, após as devidas reformas programadas para o próximo ano, deverá transformar-se num lugar bem-estruturado, sempre aberto aos psicólogos que desejem estudar, trocar idéias sobre questões relevantes etc. Odair Sass afirma que o novo espaço não será usado só pela máquina administrativa, como tem predominado nos últimos

anos. "O espaço deve se transformar na casa dos psicólogos".

A venda das instalações da Borges Lagoa, atual sede, também está prevista. Com os fundos arrecadados serão feitas reformas na futura sede, adquiridos equipamentos para esta e para as subseções e aprimorado o processo de informatização de ambas.

A articulação com entidades da sociedade civil é outra meta a ser cumprida nesta gestão. O objetivo é o envolvimento com entidades que desenvolvam atividades políticas e sociais em relação ao menor, educação, saúde e outros setores condizentes com o universo da psicologia. "Esse projeto, embora já tenha sido iniciado, precisa avançar ainda mais", avalia o presidente.

Nesse sentido, já está em andamento um convênio CRP-06/SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), que terá a finalidade de realizar um recadastramento de toda categoria, não só para atualizar endereços, mas traçar um perfil dos profissionais em suas respectivas áreas de exercício profissional. Hoje, não há um posicionamento claro de quantos psicólogos estão ativos em São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e quantos psicólogos inativos constam nos registros disponíveis, até mesmo por falecimento.

## Anuidade 94

O valor da anuidade cobrada pelo CRP-06 em 93 foi de 90 UFIRs, quantia que se revelou insuficiente para atender as reais

necessidades da categoria. Até mesmo o Conselho Federal foi afetado, na medida em que houve diminuição no repasse de verbas, e o Regional só sobreviveu às dificuldades em função do adiamento de alguns projetos.

Além disso, sem falar em planos futuros, só considerando recursos humanos, o CRP-06 gasta, atualmente, em torno de 47% de seu orçamento. A proposta da atual gestão é a de reduzir esses gastos.

Se a fixação do valor da anuidade é sempre um assunto delicado, porque hoje a maior parte do psicólogos têm uma renda muito baixa, não se pode esquecer da proposta política que envolve a questão orçamentária e o retorno que tal quantia pode trazer para os profissionais.

Para decidir questões financeiras foi realizada, dia 15 de outubro, a assembleia anual dos profissionais do CRP-06. Na ocasião foram feitas duas propostas para a cobrança da anuidade de 94, uma de 100 e outra de 110 UFIRs, sendo que a segunda foi considerada a mais viável. Esse valor contempla a realização do recadastramento e também leva em consideração que está por vir um ano de grandes realizações, como a reforma da nova sede e o Congresso Regional de Psicologia, previsto para o primeiro semestre de 94. Este último visa o Processo Constituinte, que poderá desencadear importantes mudanças na formação e exercício profissional. Agora, é torcer para que a inflação não dispare em 94, e que o orçamento previsto consiga alcançar o maior número possível de conquistas em prol da Psicologia.